

## MEMÓRIA, SABERES TRADICIONAIS E RACISMO RELIGIOSO: Lideranças de terreiros de umbanda e suas narrativas

Osvaldo Martins de Oliveira<sup>1</sup>

Elio Pereira Fernandes<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo geral do presente artigo é analisar o processo social de construção da memória e transmissão de saberes a partir de narrativas de lideranças de terreiros de umbanda. A pesquisa etnográfica foi realizada na Região Metropolitana da Grande Vitória (ES), de 2022 a 2024, sob as orientações metodológicas da observação direta nos templos e da narrativa de vida, onde empregou-se técnicas de entrevistas gravadas, solicitando à tais lideranças que contassem suas trajetórias de vida na religião, práticas e saberes na condução dos templos. O artigo analisa a construção da memória relacionada aos nomes de entidades espirituais na identificação de templos, em ritos e nos saberes de cura; bem como debate o tema da intolerância e racismo religioso contra praticantes das religiões de matriz africana e afro-brasileiras. Concluiu-se que as lideranças defendem que os verdadeiros dirigentes dos templos e portadoras dos saberes são as entidades espirituais, que expressam suas sabedorias por meio dos corpos dos médiuns. Essas entidades se expressam também nas prescrições de ritos de cura de consulentes, bem como na construção de seus templos.

**Palavras-chave:** Religião; Umbanda; Memória; Saberes; Racismo Religioso.

## MEMORY, TRADITIONAL KNOWLEDGE AND RELIGIOUS RACISM: Umbanda terreiro leaders and their narratives

**Abstract:** The general objective of this article is to analyze the social process of memory construction and knowledge transmission based on narratives of leaders of umbanda temples. The ethnographic research was carried out in the Metropolitan Region of Greater Vitória (ES), from 2022 to 2024, under the methodological guidelines of direct observation in the temples and life narrative, where recorded interview techniques were used, asking these leaders to tell their life stories in the religion, practices and knowledge in the

---

<sup>1</sup> Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; professor da área de Antropologia no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e pesquisador filiado à Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3039095049409337>; Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-4697-6722>. E-mail: oliveira.osvaldomartins@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UFES. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1406677660623411>; Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0008-5606-4827>. E-mail: eliopfernandes@gmail.com

management of the temples. The article analyzes the construction of memory related to the names of spiritual entities in the identification of temples, in rites and in healing knowledge; as well as debates the theme of intolerance and religious racism against practitioners of african and afro-brazilian religions. It was concluded that the leaders argue that the true leaders of the temples and bearers of knowledge are the spiritual entities, who express their wisdom through the bodies of the mediums. These entities also express themselves in the prescriptions of healing rites for consultants, as well as in the construction of their temples.

**Keywords:** Religion; Umbanda; Memory; Knowledge; Religious Racism.

## **MEMORIA, CONOCIMIENTO TRADICIONAL Y RACISMO RELIGIOSO: Líderes de umbanda terreiro y sus narrativas**

**Resumen:** El objetivo general de este artículo es analizar el proceso social de construcción de memoria y transmisión de conocimiento a partir de las narrativas de líderes de templos de umbanda. La investigación etnográfica se llevó a cabo en la Región Metropolitana de la Gran Vitória (ES), entre 2022 y 2024, bajo las directrices metodológicas de observación directa en los templos y narrativas de vida. Se utilizaron técnicas de entrevistas grabadas, solicitando a estos líderes que narraran sus historias de vida en la religión, las prácticas y los conocimientos en la gestión de los templos. El artículo analiza la construcción de memoria relacionada con los nombres de entidades espirituales en la identificación de templos, en ritos y en conocimientos de sanación; además, debate el tema de la intolerancia y el racismo religioso contra los practicantes de religiones africanas y afrobrasileñas. Se concluyó que los líderes argumentan que los verdaderos líderes de los templos y portadores de conocimiento son las entidades espirituales, quienes expresan su sabiduría a través de los cuerpos de los médiums. Estas entidades también se expresan en las prescripciones de ritos de curación para los consultantes, así como en la construcción de sus templos.

**Palabras clave:** Religión; Umbanda; Memória; Conocimiento; Racismo Religioso.

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem por objetivo analisar o processo de construção de memórias e saberes a partir de narrativas de lideranças de terreiros de umbanda, incluindo a transmissão da herança religiosa, e sua relação com os saberes escolares. Três objetivos específicos serão explorados neste artigo, a saber: 1º) analisar a construção da memória afro-brasileira relacionada aos pretos-velhos nos nomes dos terreiros e a atuação dessas entidades por meio

dos corpos das lideranças desses templos; 2º) interpretar as narrativas das lideranças sobre doenças e saberes de cura na umbanda; 3º) debater temas como intolerância e racismo religioso contra os praticantes das religiões afro-brasileiras.

Esses terreiros estão localizados na Região Metropolitana da Grande Vitória - ES. Essa região é constituída pelos municípios de Fundão, Serra, Vitória, Cariacica, Viana, Vila Velha e Guarapari. Os dados que analisaremos foram coletados nos projetos de pesquisa Africanidades Transatlânticas e Africanidades no Espírito Santo. Algumas biografias dessas lideranças e de seus respectivos terreiros foram exploradas de forma mais ampla em Oliveira e Amorim (2024), Krull, Amorim e Oliveira (2024) e Fernandes (2024).

A pesquisa etnográfica foi realizada de 2022 a 2024, sob as orientações metodológicas da observação direta e da narrativa de vida (BERTAUX, 2010), onde empregou-se técnicas de entrevistas gravadas, solicitando às tais lideranças que contassem suas trajetórias de vida na religião, práticas e saberes na condução dos terreiros. As entrevistas para a obtenção de dados foram orientadas por um roteiro aberto previamente elaborado, que era constantemente reelaborado com novas questões surgidas das experiências, vivências e saberes das lideranças.

O referencial teórico com o qual estabelecemos diálogo para a análise dos dados está fundamentado no conceito de memória e pessoas-personagens de memória de Pollak (1992 e 1989), lugares de memória de Nora (1993) e memória e esquecimento em Anderson (2008); na definição de saberes tradicionais de Almeida (2004), preconceito e racismo de marca de Nogueira (2007) e racismo religioso de Nogueira (2020).

Antes que o leitor siga adiante na leitura, cabe informar que no decorrer deste artigo serão encontrados diversos termos que são próprios do campo religioso afro-brasileiro. À medida que os mesmos forem aparecendo, uma mínima definição será apresentada em nota de rodapé referente ao significado deles em nossa pesquisa e na literatura pertinente ao tema. Mesmo autores/as que serão usados/as nas definições desses termos, como Batista (2014), Amorim e Oliveira (2017), Nascimento (2017) e Oliveira e Amorim (2024) elaboraram a maior parte dos significados dos termos a partir da pesquisa com as religiões de matriz africana na Região Metropolitana da Grande Vitória - ES.

No que se refere à intolerância e ao racismo religioso, cabe salientar

que são modos de pensar e agir violentos, pois, como veremos adiante, expulsam comunidades e culturas afro-brasileiras e indígenas para às margens da sociedade, sem que tenham as garantias mínimas dos direitos à liberdade de culto, à identidade, à memória e ao patrimônio cultural.

Deste modo, o artigo debaterá os temas das memórias da África presentes nos nomes de pretos e pretas-velhas encontrados nas identificações dos terreiros, nas giras de umbanda e nas expressões corporais de seus médiuns, assim como na transmissão dos saberes tradicionais e nos ritos de cura das pessoas que procuram assistências espirituais nesses templos religiosos. Debaterá também um dos temas emergentes na sociedade brasileira, a intolerância e o racismo religioso, que são situações violentas que tentam impedir que os praticantes das religiões de matriz africana exerçam o seu direito constitucional à liberdade de culto.

## **MEMÓRIAS DA ÁFRICA EM NOMES DE PRETOS/AS-VELHOS/AS E TERREIROS**

Ao analisar os nomes de divindades denominadas pretos/as-velhos/as<sup>3</sup> que aparecem em lugares de cultos (terreiros<sup>4</sup> e corpos das lideranças onde as entidades se manifestam), observamos nomes de lugares que fazem lembrar pessoas do passado (escravizadas) que foram divinizadas, cujas ações se tornaram significativas, e que elas se tornaram pessoas-personagens de memórias afro-brasileiras. Os templos e corpos onde essas entidades se manifestam podem ser analisados como territórios de memória. Esses terreiros e corpos se constituem como territórios devido ao fato de não serem apenas estruturas materiais, ósseas e carnisais, mas estão demarcados por dimensões culturais, como nomes, expressões corporais que superam as

---

<sup>3</sup> São entidades espirituais que representam os sábios ancestrais e a maior parte veio da África e outros foram filhos de africanos escravizados no Brasil. Na umbanda, ficaram conhecidos por sua sabedoria relativa à prescrição de remédios naturais para o processo de cura, aconselhamento, paciência e humildade. (OLIVEIRA; AMORIM, 2024, p. 595).

<sup>4</sup> Templos onde são cultuadas as divindades das religiões afro-brasileiras. Também são conhecidos como ilê, abassá, roça, centro, tenda ou cabana (SILVA, 2005, p. 140).

vontades dos médiuns<sup>5</sup>, estilos de vestimentas, comidas e bebidas próprias, saberes de cura herdados de um tempo passado e ressignificados para o presente e futuro, estilos musicais e linguagens *sui generis*. Que nomes de divindades espirituais são esses que remetem a outros nomes de territórios de origem no continente africano? Vejamos apenas alguns entre muitos na Região Metropolitana da Grande Vitória-ES.

Nessa região encontramos diversos nomes de pretos e pretas-velhas que são atribuídos aos terreiros ou que são entidades de cabeça de lideranças desses templos ou que usam os corpos dessas lideranças para trabalhar em favor das pessoas que lhes procuram para socorro espiritual. Esses nomes são: Centro Espírita Nanã Burukê e Vovó Maria Conga (OLIVEIRA; AMORIM, 2024, P. 103); Centro de Umbanda Vovó Maria Conga; Tenda Espírita Pai Joaquim de Angola e Cabocla Jurema; Centro Espírita Pai Vicente de Angola (OLIVEIRA; AMORIM, 2024, P. 423); Casa Espírita Vovô Antônio de Aruanda (OLIVEIRA; AMORIM, 2024, P. 179); Templo de Umbanda Pai Joaquim de Angola e Caboclo Araribóia; Tenda Espírita Vovó Cambinda da Guiné (OLIVEIRA; AMORIM, 2024, P. 271); Centro Espírita Pai Joaquim de Aruanda, estando um no município de Viana, liderado por pai Paulinho (OLIVEIRA; AMORIM, 2024, P. 345), e outro conhecido como CEPAJAN, em Vila Velha, liderado por Marcos Barreto Coelho e seu filho Marcos Barreto Coelho Júnior; e Templo Escola Pai Joaquim de Angola (OLIVEIRA; AMORIM, 2024, P. 563).

Os terreiros e os corpos que recebem os nomes e saberes espirituais e de cura dessas entidades ilustram como essas organizações religiosas e suas lideranças remetem suas origens a territórios no continente africano. Verificamos a afirmação sobre essas origens pelo próprio fundador do CEPAJAN, ao defender que a umbanda é uma religião brasileira de matriz africana, de onde, segundo ele, veio seu preto-velho pai Joaquim de Aruanda.

Observamos também que os nomes dessas entidades são precedidos por categorias de parentesco, que remetem para uma percepção dos saberes provenientes de pessoas mais velhas, como as vovós, os vovôs e os pais.

Os personagens do mundo espiritual da umbanda denominados pretos e pretas-velhas não se referem apenas às pessoas escravizadas e quilombolas (o

---

<sup>5</sup> Médiun é o termo usado para a pessoa que desenvolveu a possibilidade de comunicação com o mundo espiritual por meio da incorporação (NASCIMENTO, 2017, p. 175).

caso de Maria Conga é exemplar), pois encontramos um caso de um rei que foi transformado em preto-velho. Trata-se do preto-velho rei Congo, recebido por Eurico Ferreira Júnior (na memória), que era dirigente da Casa de Umbanda Caboclo Pena Verde. Esse preto-velho é recebido também por Miguel Dutra, do Centro de Umbanda Vovó Maria Conga, mencionado acima.

Embora existam diversos outros personagens religiosos da umbanda que podem ser analisados como personagens de memória, o foco deste artigo é sobretudo os personagens da memória afro-brasileira. A exemplo de muitos outros, esses personagens estão relegados às memórias subterrâneas da sociedade brasileira, pois foram invisibilizados pela memória oficial. No entanto, essas memórias vêm sendo construídas há mais de um século nos terreiros de umbanda. Um exemplo etnográfico vem da narrativa de mãe Helena, da Ordem Umbandista Santa Bárbara, que recebe o espírito da Vovó Maria da Dores da Calunga, sua preta-velha, há mais de 70 anos. Segundo mãe Helena, “a vovó é uma mulher negra, natural de Patos de Minas (MG), filha de escravizados, que foram arrancados de sua terra natal e trazidos acorrentados para o Brasil nos porões dos navios negreiros”.

Para finalizar essa primeira parte, volto a um caso exemplar de ex-escravizada e liderança quilombola que foi divinizada como preta-velha, que é a vovó Maria Conga. Ela se tornou um símbolo da sabedoria das anciãs e remete à tradição africana dos povos provenientes do antigo reino do Congo, relacionados às tradições culturais banto e kikongo. Conforme escreve Carvalho (2016), Maria Conga, como ficou conhecida, nasceu no Congo em 1792 e foi deportada escravizada para o Brasil, ainda criança, por volta de 1804, especificamente para Salvador, onde foi batizada como Maria da Conceição. Aos 18 anos de idade, foi vendida e chegou a Magé (RJ). Com 24 anos foi vendida novamente para um senhor na mesma região e aos 35 anos, obteve a alforria, passando, a partir de então, a liderar quilombolas e fundou o reconhecido Quilombo Maria Conga.

## **SABERES TRADICIONAIS, DOENÇAS, FÉ E CURA**

Nas pesquisas em comunidades tradicionais, a transmissão de saberes é um processo que ocorre sem linearidade, em meio a zigue-zagues,

encruzilhadas e bifurcações. Os conhecimentos nativos, também chamados de tradicionais e saberes locais, são definidos por Almeida (2004), como segue:

Eles não se restringem a um mero repertório de ervas medicinais. Tampouco consistem numa listagem de espécies vegetais. Em verdade, compreendem as fórmulas sofisticadas, o receituário e os respectivos procedimentos para realizar a transformação, respondem a indagações de como uma determinada erva é coletada, tratada e transformada num processo de fusão. (ALMEIDA, 2004, p.13)

Esses conhecimentos, na perspectiva das organizações dos povos nativos, tradicionais e ambientalistas, resultam de práticas e saberes de pajés, pajoas, benzedadeiras, curandeiras e demais conhecedores de ervas com função medicinal e ritual. Assim, segundo Almeida (2004), tais conhecimentos

[...] são fatores de uma cultura específica que não são passíveis de patenteamento por grandes laboratórios, porquanto se trata de conhecimentos centenários e/ou imemoriais que não podem ser regulados por patentes ou a elas reduzidos. (ALMEIDA, 2004, p.17).

Na pesquisa ouvimos que os saberes praticados são heranças dos ancestrais e que não se aprende em livros e escolas, mas com as entidades e os mais velhos, que assumiram responsabilidade (inclusive com a espiritualidade) de transmitir à outras pessoas iniciadas. Esses saberes são transmitidos pelas vivências diárias dos terreiros, onde as lideranças afirmam que ali deve prevalecer o respeito aos mais velhos, guardiões desses saberes, e defendem que nas religiões de matriz africana, primeiro a pessoa senta para aprender, pra depois levantar e ensinar. Esses processos de transmissão de saberes foram analisados também no estudo de Nascimento (2017) sobre a umbanda, que enfatiza a importância do fazer cotidiano como parte da transmissão dos saberes africanos e afro-brasileiros.

A umbanda é uma religião que é ensinada e aprendida por meio de suas práticas no dia-a-dia, no chão do terreiro. Não existe um livro de ensinamentos, mas é por meio de conversas, relatos orais, histórias e narrativas das memórias que os fatos vão se interligando e demonstram como essa religião foi se transformando em um celeiro de informações, práticas e crenças a partir de seus rituais. (NASCIMENTO, 2017, p. 25).

As lideranças de umbanda narram os processos que envolvem a herança dos ancestrais e a transmissão dos saberes para as novas gerações, inclusive sob orientação das entidades espirituais. Mãe Helena Viana, como se verifica em Fernandes (2024), narra em relação à sua preta-velha.

Às vezes eu estava fazendo alguma coisa, lavando roupa, fazendo doce, a vovó chegava e dizia assim na minha cabeça: 'você senta aqui'. Eu sentava e ela me ensinava fazer benzimento de todo tipo, antigamente tinha uma doença chamada fogo selvagem, [...] eu sei fazer oração para essa doença, doença em criança que ela vai colando o corpo da criança até embaixo, mata a criança. Eu aprendi a fazer oração para essa doença também. Cobra, cachorro, qualquer bicho que morde alguém, eu sei fazer oração. [...] Aprendi tudo e quem me ensinou foram os guias. Eu não aprendi com ninguém, aprendi com a minha preta-velha que me ensinava. (cf. FERNANDES, 2024, p. 76).

As lideranças do Grupo de Umbanda Aprendizes do Amor<sup>6</sup>, afirmam que o conhecimento é passado oralmente, na prática do trabalho desenvolvido no dia-a-dia do terreiro, onde os rituais foram ditados pelo caboclo Sete Estrelas e pela preta-velha vovó Catarina. Essa transmissão de conhecimentos foi enfatizada por diversas lideranças: pai Kadu, liderança da Associação Espírita, Movimento Religioso Cultural Grêmio Recreativo Artístico e Social Tribo de Oxossi<sup>7</sup>, relata que recebeu os saberes da espiritualidade e das lideranças das casas que frequentou. Ele transmite os ensinamentos aos filhos, que define como "aprendizado da raiz" das religiões de matriz africana, solicitando que levem um caderno para anotar, porque um dia poderão precisar daqueles ensinamentos. Mãe Eni, fundadora e dirigente da Tenda Espírita Estrela Guia, segundo Oliveira e Amorim (2024, p. 307), realiza a transmissão dos saberes sobre o patrimônio cultural e religioso nas reuniões de desenvolvimento, onde os filhos mais experientes na mediunidade passam aos mais novos esses conhecimentos. Ela afirma que as heranças deixadas por sua avó paterna e por seu pai de santo, são bênçãos recebidas.

Os ensinamentos através da oralidade são heranças culturais

---

<sup>6</sup> Um pouco da história desse terreiro e suas lideranças pode ser encontrada em Oliveira e Amorim (2024, p. 439-444), em Fernandes (2024) e em Nascimento (2017).

<sup>7</sup> Sobre esse terreiro, ver texto em Oliveira e Amorim (2024, p. 301-305). Quanto a Oxossi, é o orixá ligado à caça e a fartura de alimentos (OLIVEIRA; AMORIM, 2024, p. 595).



provenientes dos povos africanos, que ao chegarem no Brasil, transmitiram para as novas gerações os seus conhecimentos. Esses saberes relativos à cultura, espiritualidade, cuidados com a terra, agricultura, criação de gado, extração de minerais, fundição do ferro, metalurgia e cuidado com a natureza foram transmitidos por meio da tradição oral, mas também da escrita, às diversas gerações. Neste sentido, os povos de matriz africana organizam seus modos de vida, de ser e de estar no mundo.

A tradição oral é um meio de preservação dos saberes tradicionais, o que demonstra, segundo Hampâté-Bâ (2010, p. 167), que povos sem a escrita alfabética não são povos sem cultura, como bem foi demonstrado por trabalhos de grandes etnólogos no mundo inteiro. Segundo o mesmo autor, a herança é um bem que não se perde, e a memória é como se fosse uma grande biblioteca, uma espécie de armazém e jazida de saberes.

A umbanda é uma religião composta de heranças culturais dos povos africanas, indígenas, ciganos, marinheiros negros, catolicismo e kardecismo. Esta pluralidade de expressões culturais reflete na ritualística religiosa, onde se dá a troca de diversos saberes. Esses saberes se destacam nas rezas, benzimentos, toques dos atabaques, comidas, pontos cantados e riscados, na relação com a natureza, no conhecimento sobre as ervas, no preparo de chás e banhos, defumação, garrafadas para tratar doenças e nas oferendas.

As lideranças relatam que suas entradas para a umbanda se deveu ao tratamento e à cura de enfermidades (físicas e psíquicas) sofridas por si e/ou por seus familiares, como demonstraremos em quatro relatos a seguir.

Mãe Helena Viana narra que quando criança sofria fortes dores no corpo, que a impediam de andar e lhe provocavam desmaios. Depois de desmaiada, ela não sentia nada e via tudo. Seu pai Alcides a levou ao hospital e o médico lhe falou: "O problema de sua filha é espiritual". Foi levada pelo médico ao Centro Espírita Fraternidade Tabajara, onde acredita ter sido curada pelos pretos-velhos e pelo caboclo Tabajara, que lhes prescreveram o tratamento<sup>8</sup>.

Pai Guilherme, da Ordem Umbandista Santa Bárbara<sup>9</sup>, relata que certa vez, sua irmã ficou muito doente e sua mãe (Helena) buscou tratamento médico em vários estados e nada curava a menina. Então, a preta-velha vovó

---

<sup>8</sup> Sobre o Centro Tabajara, ver texto em Oliveira e Amorim (2024, p. 231-236).

<sup>9</sup> Sobre esse terreiro, ver texto em Oliveira e Amorim (2024, p. 417-422).

das Dores da Calunga apareceu e disse que a cura da menina estava condicionada à abertura de sua casa de umbanda. No mesmo dia da abertura da casa, segundo Guilherme, sua irmã foi curada.

Rewan, dirigente do Templo Umbandista Estrela dos Obreiros de Oxalá<sup>10</sup>, relata que sua chegada ao terreiro se deu devido a um problema de saúde de sua mãe, em 1974. Segundo sua fé, a mãe foi cuidada e curada em 7 dias no Centro Espírita Orixalá<sup>11</sup>, pelos saberes do caboclo Jandaia, que incorporava no médium Walter (na memória).

Pai Kadu narra que em 1978 aos sete anos de idade, foi levado por seus pais para ser internado no hospital psiquiátrico Adauto Botelho, por acreditarem que estava ficando doido. Após essa primeira tentativa de internação, o caboclo Saracutinga se manifestou em sua vida e o levou para uma mata, onde conheceu Maria do Ogum<sup>12</sup>, que lhe informou que eram as entidades que estavam manifestando em seu corpo. A partir de então, afirma que o caboclo veio em sua vida trazendo luz, paz, proteção e cura.

Os rituais de cura na umbanda foram desenvolvidos principalmente a partir de saberes de indígenas e pretos-velhos, sendo empregadas ainda conhecimentos ligados à energização das águas, pedras, reiki e outras técnicas. Esses rituais

[...] foram transmitidos pelos mais velhos e até os dias de hoje, através da crença de seus praticantes, esses processos de transmissão de saberes continuam a ocorrer. Neste sentido, os elementos da natureza são de suma importância para os rituais da umbanda. Sem eles a umbanda não existiria. Vários tipos de água, pedras, ervas, raízes e cascas de árvores fazem parte dos rituais. (NASCIMENTO, 2017, p.25).

Os saberes sobre as propriedades da natureza são essenciais à existência da umbanda, pois são usados nos rituais de lavagem de cabeça com água do mar e dos rios e pedreiras em batismos e casamentos em cachoeiras.

A transmissão de saberes ocorre também entre gerações da mesma família biológica. Nisto, o caso de mãe Nalva, do Centro Espírita Santo

---

<sup>10</sup> Um pouco da história desse Templo pode ser encontrada em Oliveira e Amorim (2024, p. 457-461). Oxalá é uma divindade do candomblé e da umbanda que representa o patrono da paz.

<sup>11</sup> Um texto sobre este Centro pode ser encontrado em Oliveira e Amorim (2024, p. 389-393).

<sup>12</sup> Ogum é o orixá da metalurgia, da agricultura e da guerra.

Lenho<sup>13</sup>, é ilustrador. Ela começou a trabalhar no terreiro em 1966, ao lado de sua mãe, e está há mais de 40 anos na função de líder espiritual e, além de realizar benzimentos, aprendeu a preparar garrafadas e remédios contra diversas doenças, a partir de ervas cultivadas no quintal do terreiro ou colhidas nas matas.

As lideranças enfatizam que pretos-velhos e caboclos são os verdadeiros conhecedores das propriedades medicinais das ervas, folhas e raízes e, por meio do seu trabalho no corpo dos iniciados, preparam banhos e lavagem de cabeças utilizando-se de diversos tipos de folhas de plantas. Afirmam que os saberes de benzimentos e curas a partir do uso de ervas não são delas, mas sim das entidades espirituais. Como contrapartida as entidades exigem lugares para trabalhar, isto é, um cômodo e o corpo do iniciado.

Na Semana Santa, muitos terreiros realizam um ritual denominado fecha-corpo, onde se toma uma bebida chamada cura-milome<sup>14</sup>. A bebida é previamente preparada com a raiz de um cipó conhecido como mil homens (milome) e com diversas ervas. O preparo da bebida começa 14 dias antes. Para tanto são colhidas ou compradas raízes do cipó "milome", que é colocada na cachaça ou no vinho, deixando curtir por 7 dias até a Sexta-Feira-Santa, quando a bebida é tomada. O ritual inicia na quinta-feira da Semana Santa, ocasião que as ervas são maceradas e passam cobertas por um pano branco. Na Sexta-Feira-da-Paixão pela manhã é feita a lavagem de cabeça com essas ervas. Em outros terreiros, o ritual tem início na quinta-feira e finaliza na Sexta-Feira-da-Paixão. O ritual se inicia com o preceito dos médiuns na quinta-feira no terreiro, quando é preparado e tomado o banho e providenciado tudo que será feito no dia seguinte, incluindo a lavagem de cabeça com as ervas, denominada amaci<sup>15</sup>. O banho de ervas é colocado sobre a cabeça dos médiuns, cobertas com pano branco, que ficam deitados em

---

<sup>13</sup> Sobre a história deste Centro, ver Oliveira e Amorim (2024, p. 367-372).

<sup>14</sup> Sobre o ritual do fecha-corpo ou cura-milome, conforme escrito por Lopes (2011), provém do povo dembo (ndembu) de Lunda, e foi difundido no Brasil pelos candomblés de origem banto.

<sup>15</sup> Ritual realizado em alguns terreiros de umbanda, geralmente com o uso de ervas maceradas em água, e o líquido é usado em banhos de purificação para o fortalecimento e a conexão do médium com os orixás e as entidades (OLIVEIRA; AMORIM, 2024, p. 587).

esteiras por uma hora. Em seguida, são acordados com cânticos e tomam a cura.

## **SABERES TRADICIONAIS E EDUCACIONAIS**

Com o acesso das lideranças de umbanda à educação formal, principalmente de nível universitário, constatamos o uso da escrita em diversos terreiros, seja na formulação do estatuto ou para o registro da sua própria história. Algumas lideranças usam a escrita e outros registros como meios de preservação da memória dos terreiros. Organizam apostilas para auxiliar na formação e desenvolvimento dos médiuns, bem como para o enfrentamento ao racismo e a intolerância religiosa.

Conforme se verifica em Oliveira e Amorim (2024), as lideranças do Centro Espírita Fraternidade Tabajara se preocuparam em registrar a tradição oral, através da escrita e do conhecimento desenvolvidas na academia.

A Fraternidade Tabajara tem diversas publicações, incluindo um jornal publicado mensalmente desde 1952, livros de preces e da história das principais divindades, uma apostila com alguns dos principais livros, o estatuto, a história e os fundamentos da fraternidade (destinada aos médiuns), um site, um canal no youtube e páginas nas redes sociais, como facebook, instagram. A instituição já foi tema de trabalhos acadêmicos e de diversas reportagens na mídia e seu dirigente já foi homenageado em diversas oportunidades. (OLIVEIRA; AMORIM, 2024, p. 236).

Destacamos o caso de um livro produzido neste Centro, em que a atual liderança afirma que foi escrito e revisado pelas entidades. Trata-se do livro que tem o título "...E o sol brilhou", publicado em 2009. Afirma-se que ele foi escrito pela cabocla Rosa de Jurema, incorporada na professora Maria de Lourdes Poyares Labuto (na memória). O mesmo livro teria sido revisado pelo preto-velho pai João de Aruanda, que, para tanto, usou o corpo e os saberes acadêmicos do médium chefe do Centro, Luiz Augusto Labuto, que se formou em letras português pela Universidade Federal do Espírito Santo e que é filho de Maria de Lourdes. A obra é uma novela que narra de forma romanceada a história de três povos da antiguidade: Aramaico, Incas e Tabajaras. O médium Luiz, antes de cursar letras, já era professor de inglês. Posteriormente, após fazer o preparatório para ensino religioso, lecionou essa disciplina em escolas

da rede pública de Cariacica. Deste modo, afirma o referido líder:

Então a gente percebe aí o tamanho do problema. Porque quando você entra para dar aula de ensino religioso, os alunos perguntam logo, qual é a sua religião, professor? Eu sou chefe de terreiro de umbanda. O quê? Aí você levantava, coisa e tal, ficava apavorado. Principalmente os preconceituosos. Mas normalmente tinha que parar e explicar tudinho como é que funcionava a umbanda para eles. E eles aprenderem um pouco a respeito da espiritualidade. Não era fácil, não. (cf. FERNANDES, 2024, p. 99).

Ana Angélica, dirigente da Casa de Umbanda Estrela Guia<sup>16</sup>, é graduada em pedagogia. Atuou por 25 anos na área da educação como professora e coordenadora pedagógica. Nesta casa, verificamos que Romeu Sant'ana (na memória), que ajudou na fundação da casa, se tornou um personagem de memória ao dar nome a uma das salas. Observamos que outros espaços são nomeados e organizados pedagogicamente, como o dedicado aos erês (divindades infantis) e os quadros de entidades dispostos no interior da casa. Para participar da corrente e ser médium na casa, foi estabelecido um passo-a-passo, que precisa ser seguido, para que a pessoa faça parte de seu corpo mediúnico. Esses aspectos evidenciam a organização pedagógica da liderança e seu cuidado com a preservação da memória das entidades e das pessoas importantes na construção e trajetória da casa.

Mãe Fernanda de Oya<sup>17</sup>, graduada em administração, defende que o conhecimento adquirido na escola ajuda na orientação dos filhos da casa e as próprias entidades são as melhores mestras para transmitir os saberes relacionados à espiritualidade e à gestão do terreiro. A ialorixá<sup>18</sup> Lis Maria S. F. Prates, técnica em administração e graduada em ciências contábeis, entende que o candomblé é escola, faculdade e fonte inesgotável de saberes.

---

<sup>16</sup> Um texto sobre essa casa pode ser consultado em Oliveira e Amorim (2024, p. 373-378).

<sup>17</sup> Um texto sobre essa liderança pode ser lido em Oliveira e Amorim (2024, p. 487-491). Oyá é uma divindade do candomblé de tradição yorubana que é representada pelos ventos, raios e tempestades, sendo também conhecida pelo nome de Iansã (AMORIM; OLIVEIRA, 2017, p. 372).

<sup>18</sup> Ialorixá é o mesmo que sacerdotisa, sendo popularmente conhecida como mãe-de-santo, e seu correspondente masculino é babalorixá (AMORIM; OLIVEIRA, 2017, p. 369).

A gente estuda todo dia. Porque, hoje, eu vou atender três pessoas mais tarde. Eu preciso passar ebó, preciso passar o bori<sup>19</sup>, preciso fazer um monte de coisa. Cada cabeça é uma sentença. Então, cada um que chega na minha casa é um aprendizado. É uma escola. Eu falo que o candomblé é uma faculdade que a gente vai morrer e não vai se formar nela. A gente aprende todo dia. Então, esse estudo é diário. Mesmo que não tenha diploma, a gente não recebe diploma, mas esse estudo é todo dia. (cf. FERNANDES, 2024, p. 101-102).

Fabiano Farias, dirigente do Centro Espírita Orixalá, é graduado em direito, e conforme se verifica em Oliveira e Amorim (2024), essa liderança considera necessário ensinar, de forma racional, sobre as religiões de matriz africana nas escolas para retirar a demonização atribuída a essas religiões.

Sérgio Ramos, graduado em direito, administração e biologia é o médium chefe do Centro Espírita Caboclo Araribóia, localizado em Vila Velha. Segundo Oliveira e Amorim (2024, p. 398), a liderança “usa o direito para defender sua liberdade religiosa”.

Mãe Samara, dirigente da Comunidade Espírita Umbandista Senhora de Santana (OLIVEIRA; AMORIM, 2024, p. 267-270), é graduada em pedagogia, ciências contábeis e letras português. A liderança defende a importância da educação e por isso incentiva os médiuns a fazerem leituras, no sentido de obter conhecimento sobre a história da religião e suas raízes culturais.

Em Fernandes (2024), mãe Carol, do Templo Espírita Seara de Luz, que é graduada em administração e está cursando direito, enfatiza a laicidade do Estado e destaca a ausência do seu curso de disciplinas que tratem assuntos voltados ao direito à liberdade religiosa. Entende que a liberdade religiosa, assim como a liberdade de expressão, deveria ser garantida a todos os povos e culturas que fizeram e fazem parte da construção da identidade nacional.

## RACISMO RELIGIOSO E SILENCIAMENTO DE MEMÓRIAS

Esta parte do artigo debate os conflitos que constituem o racismo, a

---

<sup>19</sup> **Ebó** é um ritual preparado principalmente com milho de canjica branca cozido em água, tendo como finalidade a limpeza, equilíbrio e transformação, e se utiliza de sacrifícios e/ou elementos materiais (água, grãos, ervas e em alguns casos, animais sacralizados) para o tratamento de problemas espirituais que afetam saúde, trabalho, relacionamentos, justiça etc. (OLIVEIRA; AMORIM, 2024, p. 590). **Bori** consiste na obrigação dada ao ori (cabeça) com finalidade de fortalecer o ará (corpo) do noviço (AMORIM; OLIVEIRA, 2017, p. 366).

discriminação, a intolerância religiosa e a tentativa de silenciamento das memórias afro-brasileiras de comunidades praticantes do axé. Ao mesmo tempo, interpreta as estratégias de enfrentamento a esses processos por parte de lideranças religiosas de umbanda.

Pessoas afrorreligiosas negras enfrentam situações de racismo religioso que as pessoas afrorreligiosas brancas enfrentam pela metade. As pessoas negras enfrentam o racismo religioso e outro tipo de racismo que Nogueira (2007) chamou de “preconceito de marca racial”, portanto, em dose dupla; enquanto as pessoas brancas enfrentam apenas o racismo religioso. No entanto, cabe observar que pessoas negras também podem praticar racismo religioso, pois desde cedo o racismo de marca racial pode lhes retirar a autoestima, afetando sua identidade enquanto ser humano negro e praticar o racismo contra a cultura religiosa de seus ancestrais é uma fuga para escapar do racismo mais perverso, aquele de marca racial que é cometido contra o corpo negro. Para enfrentar o racismo de marca, o racismo religioso e o etnocídio (extermínio da cultura), os povos afro diaspóricos estão em processo permanente de ressemantização de suas identidades.

As diferentes situações de racismo de marca, racismo religioso, etnocídio e genocídio (extermínio físico) são agravadas toda vez que o regime democrático é colocado em risco, como fez o presidente Jair Bolsonaro no período de 2019 a 2022. Um governo antidemocrático que desmontou as políticas públicas destinadas a povos, comunidades e culturas tradicionais e insuflou narrativas de desprezo e ódio contra esses povos. A prática do racismo e etnocídio estimulada por agentes de Estado, mesmo que de forma velada, é uma necropolítica<sup>20</sup> a ser combatida na sociedade brasileira, pois incita mais violência contra povos tradicionais afro-brasileiros e indígenas. Na história recente do Brasil, esse etnocídio, seguido de genocídio, dos tempos coloniais se repetiu quando o governo supracitado estimulou uma política de morte contra o povo Yanomami<sup>21</sup>. Essa política de morte contra povos

---

<sup>20</sup> O conceito de necropolítica é de Mbembe (2016), que considera a política e a luta pelo poder como formas de guerra, onde as vidas de pessoas e povos minoritários são consideradas descartáveis pelas elites. Necropolítica diz respeito ao uso do poder político para decidir quem vive e quem morre, determinando quem tem o direito de existir e quem é descartável, estimulando mortes em termos físicos e socioculturais.

<sup>21</sup> Disponível em:

<https://www.otempo.com.br/especiais/yanomami/historia/o-que-o-extermínio-yanoma>

tradicionais (invisíveis e descartáveis para as elites brasileiras) é uma violação aos princípios básicos do direito à vida.

O racismo religioso agride os corpos e territórios de praticantes das religiões de matriz africana e afro-brasileiras. Ele tenta exterminar valores e saberes dessas comunidades tradicionais, que resistem a um projeto de poder colonialista que persiste na atualidade.

O racismo religioso promove desconhecimento, desrespeito, inculca a negatividade e o demérito, bem como a demonização da cultura e da identidade da população negra. É a tentativa de “realizar um etnocídio e epistemicídio contra a cultura afro-brasileira, ou seja, a tentativa de aniquilação de saberes e práticas que são constitutivos de nossa identidade nacional”. (OLIVEIRA; AMORIM, 2024, p. 581). Ele se configura de duas formas: ora mais sutil e ora mais aberta. Se expressa por meio de palavras que demonizam as divindades religiosas afro; ora de forma aberta, por reprimendas ao uso de símbolos que manifestam a identidade religiosa, como fios de conta, tatuagens, roupas brancas e turbantes.

O racismo religioso tem como foco silenciar e apagar as memórias e práticas religiosas afro-brasileiras. Os discursos de igrejas fundamentalistas invertem os valores positivos praticados nos terreiros em negativos, o que incita em seus seguidores a intolerância religiosa, que devem abordar pessoas e invadir terreiros e territórios afro-brasileiros para expulsar o demônio e resgatar as almas.

As lideranças relatam ataques e agressões motivadas por intolerância e racismo religioso, e retratam a falta de segurança para a realização de suas atividades religiosas. Existem vários casos de boas relações e de diálogos com a vizinhança e igrejas cristãs, inclusive de membros dessas igrejas que procuram socorro espiritual nos terreiros. No entanto, narram situações de intolerância e racismo que são mais frequentes que imaginamos, pois consistem em verdadeiros atentados contra o direito à liberdade de culto, pois procuram inviabilizar a realização de cultos das religiões de matriz africana.

O primeiro caso relatado está relacionado às cachoeiras como lugares de cultos, pois ao visitarem esses lugares e realizar suas oferendas e entregas,



além de terem que pagar pelo uso, têm que realizar seus cultos de forma velada, devido aos preconceitos de outros frequentadores das cachoeiras. Deste modo, os trabalhos são realizados dentro dos terreiros, evitando-se lugares de cultos tradicionais como as ruas, encruzilhadas e cachoeiras para não expor o corpo mediúnico aos riscos provenientes de pessoas intolerantes e racistas.

O segundo caso é o de um vizinho pertencente a uma denominação cristã fundamentalista, que escreve palavrões no muro de um Centro em Vila Velha para agredir a liderança e os praticantes do culto da umbanda, bem como joga sal grosso e lixo na entrada principal do terreiro nos dias de culto.

O terceiro caso está relacionado ao Centro Espírita Gruta de São Lázaro, onde um fundamentalista cristão ameaçou a liderança e disse que expulsaria o Centro do bairro, tentou organizar um abaixo assinado com essa finalidade, mas os vizinhos recusaram a iniciativa e foram solidários à liderança do Centro (OLIVEIRA; AMORIM, 2024, p. 447).

O quarto caso está relacionado às lideranças religiosas que têm as comidas que preparam para eventos e festas comunitárias nos bairros e escolas rejeitadas, pois famílias cristãs fundamentalistas não comem e nem deixam os filhos consumirem tais alimentos, sob o argumento que se trata de “comida de macumba” ou “comida do diabo”.

O quinto conjunto de casos se refere ao incêndio de terreiros, como ocorreu nos terreiros Ponto de Memória Santa Bárbara na comunidade quilombola de Linharinho, Conceição da Barra (ES), e no Grupo de Umbanda Aprendizes do Amor (em maio de 2024), em Vila Velha. Em relação ao Aprendizes do Amor, uma reportagem em *A Gazeta online*<sup>22</sup> veiculou a suspeita de que o ataque tenha sido motivado por racismo religioso e intolerância contra religiões de matriz africana.

O sexto caso diz respeito a vizinhos que jogam pedras e bombas rojões dentro do quintal de terreiros em momentos celebrativos, bem como já furaram pneus de carros dos membros dos terreiros. A situação mais recente a esse respeito, ocorreu em 05/10/2023, quando vizinhos jogaram uma bomba

---

<sup>22</sup> Disponível em:

<https://www.agazeta.com.br/es/policia/terreiro-de-umbanda-e-alvo-de-incendio-em-vila-velha-veja-video-0524> e

<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2024/05/03/video-terreiro-de-umbanda-e-alvo-de-incendio-em-vila-velha-no-es.ghtml>

dentro do terreiro *Ilê Asé Oni Odé Babá Layó*, que toca candomblé e umbanda e está localizado em Vila Velha.<sup>23</sup> O sétimo caso diz respeito às invasões de terreiros, espancamento e ameaças de morte às lideranças e a outros integrantes, como observamos em dois casos no município de Vila Velha.<sup>24</sup>

A situação de violência e a falta de segurança nos lugares externos usados para a realização de seus rituais, tem provocado a mudança de hábitos nos horários de realização dos rituais, evitando trabalhos em locais externos ao templo e junto à natureza. Essas são situações afetam os princípios democráticos fundamentais que se referem ao direito à liberdade de culto, da Constituição Federal de 1988, que preconiza em seu artigo 5º, que “todos são iguais perante a lei” e no seu inciso VI, preceitua “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. Assim, em consonância com a Lei no 12.288/2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Essa lei salienta no Art. 26º:

O poder público adotará as medidas necessárias para o combate à intolerância com as religiões de matrizes africanas e à discriminação de seus seguidores, especialmente com o objetivo de: I - coibir a utilização dos meios de comunicação social para a difusão de proposições, imagens ou abordagens que

---

<sup>23</sup> Um pouco da história desse terreiro foi escrita por Elio P. Fernandes e Maria S. do Nascimento e será publicada como capítulo do livro *Africanidades Transatlânticas*, volume 2. Sobre esse episódio de racismo religioso, ver matéria no jornal *Séculodiário*, em:

<https://www.seculodiario.com.br/direitos/vizinhos-jogam-bomba-em-casa-de-candomble-de-vila-velha-durante-cerimonia>.

<sup>24</sup> O caso de ameaça à liderança e aos integrantes do terreiro ocorreu no Centro de Umbanda Vovó Maria Conga e foi relatado em entrevista concedida a Elio Pereira Fernandes e Taylane de Souza, do projeto *Africanidades*, em junho de 2024. A história dessa liderança será publicada como capítulo do livro *Africanidades Transatlânticas*, volume 2. Algumas notícias sobre esse caso se encontram disponíveis em <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2023/05/04/intolerancia-religiosa-homem-e-presos-apos-invadir-terreiro-de-umbanda-armado-e-ameacar-filhas-mae-de-santo-e-outras-pessoas-no-es.html>. Sobre o caso de invasão do terreiro, espancamento e ameaças de morte, ocorreu com a líder do Centro Espírita Caboclo Puri, em Vila Velha, e foi documentado em entrevista concedida a Elio Fernandes do projeto *Africanidades* no ES e será publicado como capítulo do livro *Africanidades Transatlânticas*, volume 2.

exponham pessoa ou grupo ao ódio ou ao desprezo por motivos fundados na religiosidade de matrizes africanas; [...] III - assegurar a participação proporcional de representantes das religiões de matrizes africanas, ao lado da representação das demais religiões, em comissões, conselhos, órgãos e outras instâncias de deliberação vinculadas ao poder público. (BRASIL, 2010, Lei no 12.288)

A legislação brasileira através da Lei 12.288 de 2010 determina que é dever do Estado garantir a liberdade religiosa. Essa lei destaca: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”.

As tentativas de silenciamento da memória afro-brasileira podem ser interpretadas como formas novas de genocídio e etnocídio contra os povos negros e indígenas, uma vez que violências e extermínios praticados no período colonial brasileiro, adotaram formas e roupagens revestidas após a chamada abolição da escravidão, atualizando-se no tempo presente.

Ao tentar exterminar a cultura religiosa afro-brasileira, o racismo religioso (que admite apenas as culturas religiosas cristãs europeias e estadunidenses) busca reeditar um novo assassinato, uma vez que essas comunidades ressurgiram e vêm reconstruindo sua memória, história, cultura, identidade e territórios. Ao terem seus templos religiosos depredados, incendiados e atacados com bombas, as religiões de matriz africana enfrentam uma segunda tentativa de silenciamento, agora por mentalidades autoritárias que não suportam expressões culturais diferentes das suas.

Como escreve Mbembe (2018, p. 10), o pensamento europeu sempre teve dificuldade em abordar a identidade em termos de presença mútua e/ou co-presença de diferentes povos em um mesmo mundo, mas apenas na relação do mesmo com o mesmo, isto é, na transformação do outro (o negro) em um espelho para o próprio europeu onde ocorre a autocontemplação.

Segundo os dados da pesquisa, a escolha das lideranças nos terreiro é uma ação das entidades espirituais e, nessa escolha, existe uma maior democracia nas relações de gênero que nas religiões cristãs. Deste modo, a espiritualidade está apontando para a possibilidade de um modelo de liderança menos patriarcal e menos racista. Por isso, a espiritualidade também nos convida a refletir sobre as violências de gênero e raça que têm sido cometidas

contra os corpos-territórios de mulheres negras e indígenas.

Nos terreiros estudados, as entidades espirituais que dirigem esses lugares e os corpos (negros e brancos) são pretos e pretas-velhas e caboclos/as. Esses territórios sagrados (terreiros e corpos) são analisados como lugares de reconstrução da história e das tradições culturais afro-brasileiras e indígenas. Essas tradições são expressas em símbolos, rituais, nomes de terreiros e nas memórias e saberes de suas lideranças, ainda desconhecidas pela maioria da sociedade brasileira nutrida pelo preconceito e racismo, que são barreiras inibidoras do conhecimento.

Os primeiros agentes combativos do racismo religioso são as entidades espirituais, pois elas foram corpos negros e indígenas do passado, que na atualidade se manifestam e cruzam corpos de diferentes origens étnicas e raciais, transportando memórias e saberes do passado para a atualidade.

Frente aos processos de negação e rejeição dos corpos e tradições espirituais afro-brasileiras e indígenas pelo colonialismo ainda vigente, é bem fértil as análises das histórias e expressões das lideranças e das divindades que se manifestam em seus corpos, mesmo contrariando a vontade desses corpos. Neste sentido, algumas lideranças afirmam que filhos de umbanda não tem vontade própria, pois os espíritos de divindades como pretos-velhos e caboclos se manifestaram em seus corpos em lugares e momentos que as pessoas não desejavam tais manifestações.

As lideranças de terreiros, ao enfrentarem os problemas da intolerância e do racismo religioso estabelecem quatro linhas principais de ação: 1ª) a realização dos trabalhos, oferendas e entregas em lugares que ficam dentro de seus próprios territórios, como verificamos em algumas casas, que inclusive construíram lugares significativos para cultos, a exemplo de uma porteira construída no quintal de um dos terreiros em Vila Velha; 2ª) realização de trabalhos, oferendas e entregas em matas que estão nas terras de algum integrante da umbanda; 3ª) estabelecer diálogos com os que praticam tais atos; 4ª) entrar com ações na justiça a partir dos registros de ocorrências.

A maioria dos casos em que são feitas as ocorrências junto aos órgãos de segurança e ao Ministério Público estão ligados aos dirigentes que ascenderam ao estudo universitário, demonstrando um conhecimento sobre os direitos garantidos em lei sobre a liberdade religiosa e de crença. Cabe ressaltar que lideranças que não tiveram a oportunidade de acessar o estudo

de nível universitário, também demonstram conhecimento da existência da lei e que têm o direito de realizar suas práticas e rituais religiosos em liberdade. Pai Guilherme, da Ordem Umbandista Santa Bárbara, que é graduado em direito, relata que quando sofrem alguma ameaça, imediatamente procura a justiça para garantir os seus direitos.

Mãe Andréia, dirigente da Casa Espiritualista Maria Padilha<sup>25</sup>, em Guarapari - ES, que também é graduada em direito, teve a casa apedrejada e o pastor de uma certa igreja cristã fundamentalista lançou óleo ungido no muro e proferiu palavras ofensivas contra a liderança e sua entidade espiritual. A liderança relatou que por um certo tempo foi perseguida pelo pastor dessa igreja que faz fundo com o terreno da sua Casa. Ele usava o alto-falante no último volume para incitar as pessoas contra o terreiro, gritando xingamentos contra a pomba gira Maria Padilha e o exu Tranca Ruas. Andreia respondeu usando microfone e caixas de som, exigindo respeito ao direito à liberdade religiosa e também usou esses equipamentos para falar do crime de intolerância religiosa, e caso as agressões persistissem, iria chamar a polícia. Como providências às agressões ligadas ao apedrejamento, a liderança procurou a delegacia e foi sugerido a instalação de câmeras para identificação e providências legais. As câmeras foram instaladas em locais estratégicos do terreiro, que não foi mais apedrejado. Também escreveu no muro, a seguinte frase alertando: "Intolerância religiosa é crime!" Citou o Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988<sup>26</sup> e a Lei 7.716/89, demonstrando assim o seu conhecimento dos direitos.

Uma outra ação de enfrentamento ao racismo religioso foi a das lideranças do Grupo de Umbanda Aprendizes do Amor. Após o incêndio nas instalações do terreiro, ocorrido em 02 de maio de 2024, além de registrarem ocorrência policial, as lideranças criaram um projeto contra os atos de racismo religioso e/ou intolerância religiosa, que tem como finalidade alertar, repudiar e conscientizar contra tais atos. Algumas lideranças, fazem a opção de estabelecer o diálogo para resolver esses atos de racismo religioso. Outras

---

<sup>25</sup> Sobre essa liderança e seu terreiro, ver texto em Oliveira e Amorim (2024, p. 551-556).

<sup>26</sup> Artigo 5º, que "todos são iguais perante a lei" e no seu inciso VI, preceitua "é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias".

optam por resolver essas situações usando a via da legalidade que estabelece o direito à liberdade religiosa.

## CONSIDERAÇÕES

Este artigo analisou o processo de construção da memória de lideranças e terreiros de umbanda, onde a transmissão dos saberes é realizada principalmente na troca com as entidades espirituais e na vivência cotidiana nos terreiros, usando também o conhecimento escrito, pois em diversos templos ocorrem reuniões de estudos de livros sobre a umbanda. A pesquisa demonstra duas formas de transmissão dos saberes tradicionais que estão interligadas e não são excludentes entre si: na primeira, o saber é adquirido pela herança espiritual diretamente com as entidades; na segunda, o saber é transmitido, herdado recebido dos mais velhos que iniciaram os mais jovens na espiritualidade. A segunda forma pode ocorrer associada aos casos em que a própria família biológica já era umbandista e as gerações de filhos e netos herdaram a espiritualidade no ambiente familiar, pois pais, mães e/ou avós são ou foram dirigentes espirituais de casas de umbanda.

Os terreiros de umbanda são comunidades imaginadas por suas lideranças, que revelaram em muitos dos casos o local e a forma como seriam construídos, o jeito em que os rituais e suas práticas seriam realizados e os nomes escolhidos para os mesmos. Interpretamos rituais, nomes de entidades, nomes de terreiros e pontos cantados e riscados como elementos de proteção e transmissão das memórias de personagens da religiosidade afro-brasileira.

As trajetórias das lideranças demonstram a relevância dos saberes relacionados aos cuidados com a natureza, a cura com as ervas e outros elementos da natureza. Os processos de formação de lideranças desenvolvidos nos terreiros ocorrem levando em consideração três tipos conhecimento interligados: 1º) os saberes tradicionais adquiridos diretamente das entidades; 2º) os saberes herdados e adquiridos das lideranças mais velhas; 3º) os saberes adquiridos da formação educacional para compreender as pessoas com diferentes níveis de escolarização, registrar a história dos terreiros, escrever livros e apostilas para contribuir na formação de médiuns, na

administração burocrática dos templos com a organização de estatuto e com o registro dos terreiros como pessoas jurídicas. Esta organização legal pode ser vista como meio que garante aos povos de terreiros o acesso a direitos previstos em leis.

As narrativas das lideranças de umbanda conflui com as reivindicações do movimento negro a partir da década de 1970 por uma educação que dialogue com a diversidade cultural dos povos formadores do Brasil. A Lei 10.639/2003 que estabelece o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira como obrigatório, ainda está ausente dos currículos, principalmente no que se refere aos saberes tradicionais das religiões de matrizes africanas. Essa ausência favorece a manutenção do racismo, preconceitos e intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras, quando a real implementação da lei poderia contribuir para o enfrentamento de tais práticas criminosas.

Com base nos dados sobre as situações de morte provocadas pelo racismo, os praticantes do axé devem ficar atentos, pois esse crime persistem na sociedade brasileira. O conhecimento da história e culturas afro-brasileiras é um elemento de combate ao racismo. A reconstrução da identidade afro-brasileira, inclusive no campo religioso, é, segundo os dados da pesquisa, uma ação necessária à ocupação dos lugares e espaços na sociedade, bem como para reescrever suas próprias existências para um novo agir e vir a ser no mundo.

Assim, há de se pensar também o racismo contra as entidades incorporadas, que foram pretos e pretas-velhas e indígenas em tempos passados e trazem essa memória para a atualidade. As tentativas de silenciamento das memórias afro-brasileiras e indígenas visam apagar e negar as atitudes discriminatórias baseadas em concepções de raça na sociedade brasileira, tentando impedir a re-existência de elementos dessas culturas através de suas práticas ritualísticas e narrativas na atualidade.

A umbanda, na definição das lideranças, é um acervo de saberes históricos e culturais que preenche vazios na vida das pessoas iniciadas, pois as entidades são seus ancestrais que curam as enfermidades e aliviam os sofrimentos físicos e espirituais. A transmissão dos saberes acontece através do diálogo com os filhos dos terreiros e na escuta aos mais velhos, mas sobretudo na escuta às entidades. As lideranças defendem que estão sempre

aprendendo com as entidades e que os verdadeiros dirigentes dos templos e portadores dos saberes que transmitem são essas entidades espirituais, visto que os médiuns apenas constroem lugares e cedem seus corpos para a espiritualidade trabalhar.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Amazônia: a dimensão política dos conhecimentos tradicionais como fator essencial de transição econômica – pontos resumidos para uma discussão. *Revista Somanlu*, ano 4, n. 1, jan/jun. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/208/83>. Acesso em: 25 jun. 2025.

AMORIM, Cleyde Rodrigues; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). *Africanidades e seus zeladores: identidade, religiosidade e patrimônio cultural*. Vitória: ProEx/UFES, 2017.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BATISTA, Milena Xibile. *Angola, Jeje e Ketu: memórias e identidades em casas e nações de candomblé na Região Metropolitana da Grande Vitória (ES)*. 286 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014.

BERTAUX, Daniel. *Narrativas de vida - a pesquisa e seus métodos*. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Brasília, DF: D.O.U., Seção 1, p.1, 10 Janeiro, 2003.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 21 jul. 2010. Disp. em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm). Acesso em 6 mai. 2025.

RASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 6/01/1989. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716compilado.htm). Acesso em: 05 mai. 2025.



BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 25 mai. 2025.

CARVALHO, Camila Abreu de. *Quilombo de Maria Conga em Magé: Memória, Identidade e Ensino de História*. 79 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ, 2016.

FERNANDES, Elio Pereira. *Saberes tradicionais e acadêmicos: um estudo de memórias e trajetórias de lideranças de umbanda*. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024.

HAMPATÉ-BÂ, Amadou. A tradição viva. In: *História geral da África, I: Metodologia e pré história da África* / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 8, p. 167/212.

KRULL, Maria Raquel S; AMORIM, Cleyde R; OLIVEIRA, Osvaldo M. *Aforreligiosos no Ensino Superior: trajetórias de escolarização na Região Metropolitana de Vitória*. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia, 2024.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2011.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Biopoder soberania, Estado de exceção, política da morte. Arte & Ensaios. *Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, n. 32, dez. 2016, p. 123-151. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso 12 mai. 2025.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n-1 edições 2018.

NASCIMENTO, Maria Sampaio do. *Giras de pretos-velhos em um terreiro de umbanda: lugares e eventos de construção de memórias afro-brasileiras*. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2017.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, nov. 2007. Disponível em <https://revistas.usp.br/ts/article/view/12545>. Acesso em: 10 mai. 2025.

NOGUEIRA, Sidnei. *Intolerância religiosa*. São Paulo: Pólen, 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 15 mai. 2025.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins; AMORIM, Cleyde Rodrigues (org.). *Africanidades transatlânticas: memórias da umbanda no Espírito Santo*. Vitória - ES: Editora Cousa, 2024.

PADILHA, Laura Cavalcante. *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. Niterói-RJ: EDUFF, Pallas Editora, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em: 27 mai. 2025.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 28 mai. 2025.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira*. Editora Selo Negro, 2005.